AFONSO, Almerindo Janela; PALHARES, José Augusto (orgs.). (2019). Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 182 páginas. ISBN 978-989-8151-56-8.

Rovênia Amorim Borges

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/configuracoes/12114>

DOI: 10.4000/configuracoes.12114

ISSN: 2182-7419

Editora

Centro de Investigação em Ciências Sociais

Edição impressa

Paginação: 111-116

ISSN: 1646-5075

Refêrencia eletrónica

Rovênia Amorim Borges, «AFONSO, Almerindo Janela; PALHARES, José Augusto (orgs.). (2019). Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 182 páginas. ISBN 978-989-8151-56-8.», *Configurações* [Online], 27 | 2021, posto online no dia 24 junho 2021, consultado o 26 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/12114> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.12114>

Borges, Rovênia Amorim - Recensão de Afonso, Almerindo Janela; Palhares, José Augusto (orgs.). (2019). *Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno. Configurações*, vol. 27, 2021, pp. 111-116.

AFONSO, Almerindo Janela; PALHARES, José Augusto (orgs.). (2019). *Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno*, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 182 páginas. ISBN 978-989-8151-56-8.

ROVÊNIA AMORIM BORGES*
CIEd-IE, Universidade do Minho

Frente aos desafios evidenciados ou suscitados no campo da educação pelo ineditismo das dinâmicas dos nossos atuais tempos, há afirmativas que nos chegam como indagações. É o caso do título do livro *Entre a Escola e a Vida*, organizado pelos sociólogos Almerindo Janela Afonso e José Augusto Palhares, professores do Instituto de Educação da Universidade do Minho, e publicado em Portugal pela Fundação Manuel Leão. Afinal, o que há *entre a escola e a vida*? Caso esta questão fosse colocada depois de 2019, ano em que o livro foi lançado, muito provavelmente a resposta passaria pelo mesmo e abrangente sentido do subtítulo: *A condição de jovem para além do ofício de aluno*. A obra está dividida em introdução e oito capítulos assinados por autores de diferentes instituições portuguesas de ensino superior e centros de investigação.

Com efeito, ainda que estes textos tenham sido escritos antes das repentinas mudanças e incertezas desencadeadas em 2020 no contexto da pandemia global da covid-19, as reflexões sociológicas dos autores sobre a(s) juventude(s) no campo da educação não podem ser classificadas como extemporâneas. Pelo contrário, elas parecem ganhar ainda mais relevância na contemporaneidade de uma (suposta) *nova (a)normalidade*. Ao olhar cada qual de forma singular para as distintas experiências de vida de jovens dentro e fora da escola, esses intelectuais, com base em seus estudos empíricos e teóricos, contribuem para reatualizar o pensar sociológico crítico-reflexivo. Mas o livro tem ainda

*Doutora em Sociologia da Educação e Política Educativa.

Email: roveniaa@gmail.com | ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8259-5623>

o potencial para evocar uma *segunda leitura* que se caracteriza por visibilizar tópicos ou reflexões que emergem agora como nucleares, dadas as imprevisibilidades do presente: programas sociais e digitais que propiciam uma maior e mais consciente conexão de jovens educandos com as atuais problemáticas do mundo, as práticas educativas sensíveis às experiências culturais de natureza reflexiva, bem como a valorização da voz dos alunos e de seus pais na definição de políticas educacionais e na participação do quotidiano escolar.

De início, há de se ter em conta o *ofício de aluno*. Resgatado da obra do sociólogo Philippe Perrenoud, este conceito tem na avaliação o seu pilar constitutivo, o que significa dizer que o ofício da aprendizagem escolar não difere de outras atividades produtivas, como nos lembra Manuel Sarmiento logo nas primeiras linhas do texto de sua autoria, “Vicissitudes do ofício de aluno: De novo, o insucesso escolar em questão”, que compõe o segundo capítulo do livro. Nesse sentido, uma primeira leitura da obra orienta-se pelos temas principais abordados pelos autores e que orbitam de forma articulada em torno desse conceito, tais como excelência na escola e no trabalho, cultura meritocrática, elitização, democratização, (in)sucesso escolar, aprendizagens não formais e informais. Nesta perspectiva, vale destacar o texto “A narrativa da excelência na escola e no trabalho: Ilusões e paradoxos da cultura meritocrática”, que compõe o terceiro capítulo, e o contributo de Leonor Torres sobre as concepções de excelência na complexidade relacional educação e trabalho, considerando as dinâmicas de ordem política, econômica e social ao longo das últimas quatro décadas sobre a escola pública em Portugal. Para a autora, os resultados performativos que caracterizam a ideologia meritocrática (*melhor escola*) devem ser percebidos na sua relação contraditória com o processo de democratização escolar (*mais escola*), nem sempre conciliáveis com o padrão de excelência demandado pelo mercado de trabalho. Em outros termos, significa dizer que o ofício de aluno com perfil de excelência baseado no treinar intensivo e individualizado, com vistas à aquisição de competências cognitivas úteis, não resultará necessariamente na formação de um jovem profissional com os requisitos esperados e valorizados pelo capitalismo pós-fordista tais como cooperação em equipa, dinamismo, empreendedorismo, criatividade e flexibilidade.

A partir de um estudo empírico com jovens do secundário, a autora observa que nas escolas públicas portuguesas prevalece um *projeto socializador parcelar* muito restrito às dimensões cognitivas para a obtenção de resultados. De outra parte, segundo ainda a autora, é na escola privada, caracterizada por um alunato social e cultural mais homogêneo e elitizado, que se tem verificado um projeto socializador mais contemplativo de uma concepção *multidimensional de excelência*. Valeria a pena noutros textos a autora discutir com maior profundidade estas implicações, tendo em conta ela já anunciar, no presente texto, que o “ideal-tipo” de excelência da escola pública “parece” excluir outras

vertentes da educação e da aprendizagem que são igualmente determinantes da mobilidade social, sobretudo para os estudantes provenientes de camadas socioeconômicas mais desfavorecidas. Como observado no texto de Sarmento, as competências valorizadas pelo mundo do trabalho vão além dos domínios cognitivos adquiridos no *ofício de aluno*, contemplando também os “saberes formais e informais” e as “competências não cognitivas”.

Enfim, o desafio educacional que se orienta por uma visão mais democrática e transformadora, como propõe Leonor Torres, passa por considerar os saberes originados em outros espaços, contextos histórico-culturais e experiências de vida de um diverso corpo discente. Complementar a essa visão, José Augusto Palhares, no último capítulo do livro (“Educação e aprendizagens não formais e informais de jovens no ensino secundário: Contributos críticos à compartimentação educativa”), ressalta que grande parte do “capital experiencial e cultural” trazido do exterior por jovens estudantes é desperdiçada nas relações “escolocêntricas”, assentes numa cultura meritocrática de avaliação. Nas notas finais do texto, o autor chama a atenção para as “periferias educativas” (espaços não formais e informais) enquanto fontes de aprendizagens que contribuem para estremecer o padrão hierárquico (e hegemônico) dos saberes escolares legitimados. Como exemplo desse caminho contra-hegemônico na escolarização, Palhares cita os programas de mobilidade e de voluntariado que favorecem o desenvolvimento de *soft skills*, cada vez mais ambicionadas pelo mercado de trabalho global e centrais na agenda política educativa da União Europeia com vistas à consolidação da cidadania no espaço europeu.

Entretanto, as *periferias educativas* parecem não ter alcançado uma dimensão para alterar, de modo significativo, o estruturamento social. No texto do quarto capítulo, “As elites nas universidades chilenas: perfis dos alunos e projetos formativos institucionais”, a autora Maria Luíza Quaresma afirma que, muito embora seja inegável a expansão das oportunidades para os mais desfavorecidos, os sistemas educativos têm gerado mecanismos que continuam a perpetuar e a legitimar a reprodução de privilégios sociais. Atentas às dinâmicas de mercado, as universidades de elite (não somente no Chile) incorporam as *soft skills* em seus projetos formativos. Como os estudantes ingressantes nessas instituições, frequentemente classificadas como as melhores do mundo, pertencem, em geral, às elites com alto poder aquisitivo, eles têm no diploma, com a chancela institucional, uma considerável vantagem na competição por empregos e espaços de poder.

Ainda que abordada por diferentes aspectos, essa discussão acerca das relações educação, trabalho e vida em sociedade suscita o pensar sobre os *sentidos de justiça e os significados* da escola (pública) democrática. Afinal, como bem colocado por José Manuel Resende, David Beirante e Luís Gouveia, que dividem, no quinto capítulo, a autoria do texto “A democracia ajuizada através das experiências escolares: Dilemas e desafios na sua perscrutação”, para que

tem servido a escola e para que serve hoje estar na escola? Para esses autores, a resposta começa por ter em mente que entre os princípios basilares do projeto socializador da escola democrática está a natureza política do *ofício* do professor. Como projeto político socializador que se fundamenta na formação do aluno enquanto cidadão, espera-se que o processo de escolarização seja capaz de dotá-lo de algumas *soft skills*, tais como autonomia (pensar crítico), responsabilidade social (atitude de participar, agir e intervir) e solidariedade com vistas à construção, condução e consolidação de projetos societais democráticos.

Se a escola não tem servido esse propósito, deixando-se orientar em primazia pela agenda economicista da excelência escolar, fica por responder para que serve o estar na escola nos dias de hoje. Para Resende, Beirante e Gouveia, a resposta segue no entendimento de que a socialização política não está restrita aos “muros das escolas” e muito menos aos saberes disciplinares que compõem o “cardápio escolar”. Entretanto, outra questão a ser acrescentada é se há espaço dialógico nas escolas portuguesas para a inclusão desses saberes não disciplinares, que se originam de outras culturas, experiências de vida (incluindo a discriminação étnico-racial) e novos meios de sociabilidade entre os jovens (as redes sociais, por exemplo). Do ponto de vista dos autores, há demasiada concentração nos resultados dos exames e na sujeição das escolas às classificações dos *rankings*, restando pouco tempo para a criação de projetos extracurriculares. O não aproveitamento (ou subaproveitamento) desses saberes pelas escolas públicas portuguesas pode ser interpretado como um paradoxo da agenda hegemônica das políticas educativas a nível europeu que, a par da excelência escolar com base em resultados de notas, também é orientada para o desenvolvimento de uma cidadania europeia e global.

Conforme Teresa Sarmento e Fernanda Martins, que assinam o texto do sexto capítulo, “País, crianças-alunos e sucesso educativo: Fragmentos da política educativa de um município”, a educação para a cidadania, em sentido amplo, deve incluir, entre outros aspectos, o olhar para problemas sociais como a pobreza, as desigualdades por gênero, raça, etnia e nacionalidade. No entendimento das autoras, no atual mundo globalizado as práticas situadas de cidadania (dentro de uma espacialidade microssocial) cruzam-se e tomam forma em redes que se projetam para lá dessas fronteiras dimensionadas localmente. É a partir desse ponto de vista que as autoras vão investigar a participação de pais e de alunos nas políticas (e práticas) educativas. Também a investigar a participação colaborativa em políticas para a juventude, no caso a execução do Programa Garantia Jovem, iniciativa da Comissão Europeia para a inclusão social de jovens que não estudam e estão desempregados, Maria Vieira, Tatiana Ferreira e Lia Pappámikail apontam causas de ordem organizacional, operacional e relacional para explicar os resultados “tímidos” no contexto português. As três autoras dividem a escrita do sétimo capítulo que traz o título: “Rede Local de Parceiros Garantia Jovem: Tensões e obstáculos

às políticas de proximidade”, destacando a visão estereotipada e redutora do perfil sobre esses jovens, que resultou na “hipervisibilidade” de determinados grupos em detrimentos de outros, limitando, inclusive, a identificação do público-alvo da política.

Por fim, até agora procuramos pontuar que os autores, nas suas diferentes abordagens sobre a interconexão escola, vida e ofício do aluno, tiveram um olhar acurado em busca de invisibilidades sociológicas, ainda que tenham se mantido aprisionados nas epistemologias nortecêntricas. As duas exceções são a introdução, que traz o título “Recriando uma pluralidade de olhares”, escrita por Almerindo Janela Afonso, e o primeiro capítulo (“Jovens, rumos sociais e desafios educacionais”), assinado por José Machado Pais, cada qual a enveredar pelas trilhas da crítica descolonial. Afonso, entre outros comentários sobre os diferentes textos, e não querendo esquecer o lugar que fora destinado à conferência sobre crianças refugiadas (uma vez que a autora convidada não entregou o texto solicitado), traz breves achegas sobre as novas *linhas abissais*, materializadas nos muros erguidos contra os miseráveis do Sul global que, na “luta pela sobrevivência”, mendigam por “migalhas” na “velha Europa colonizadora”. Por sua vez, ante os (novos) rumos sociais e dilemas educacionais, Machado Pais propõe uma metodologia das “obliquidades e conectividades”, ou seja, um “olhar para o lado”. Com isso, o autor defende um diálogo com distintos domínios disciplinares e culturais, o que implica valorizar a diversidade das experiências educativas dos jovens, independentemente da condição social ou identidade étnico-racial. Ele recorda o *Livro das Árvores*, ilustrado por crianças indígenas ticunas, da Amazônia, como exemplo de uma pedagogia criativa que soube absorver e valorizar saberes socioafetivos para um despertar ambiental que passa por respeitar a identidade única de cada árvore.

De qualquer forma, esta segunda leitura que buscamos destacar na recensão crítica dos oito capítulos só foi possível porque, como assinala Afonso no texto da introdução, a sociologia que surge da “erosão das dicotomias” da modernidade capitalista caracteriza-se por estar atenta à multiplicidade das experiências emergentes, heterogeneidades, identidades e ambivalências. Uma sociologia, pois, que contempla a *pluralidade de olhares* e que requer criativos e amplos horizontes metodológicos, mas que também nos permite a ousadia de destacar o que parece adquirir uma importância maior no momento presente desta nossa escrita. Por exemplo, antes de a realidade pandêmica e o ensino à distância reverberarem como problemáticas para (novas) reflexões sociológicas, Machado Pais já chamava a atenção para as “brechas geracionais” entre jovens (nativos digitais e hiperconectados) e alguns professores, com dificuldade em se apropriar das tecnologias digitais. De outra parte, sem a pretensão de extrapolar as reflexões contidas no livro ou de avançar pelos vários constrangimentos da escola *online*, o contexto pandêmico na especificidade das escolas públicas em Portugal traz à tona questões como a desigualdade de acesso a recursos

digitais (computadores e internet). Sob esse prisma, vale recuperar a crítica em metáfora utilizada por Machado Pais de que muitas políticas educacionais falham porque seguem uma “estratégia de ouriço”, quer dizer, fecham-se em relação à realidade social que circunda e intersecta o que se passa nas escolas.

Essa lacuna das políticas educativas entre a escola e a vida passa também por uma escola aprisionada na sua tradição de ensinar, que desconhece ou desvaloriza os saberes digitais da(s) juventude(s). É uma escola que não constrói “pontes” e, portanto, como sublinha Machado Pais, é incapaz “de conectar o desconectado”. As novas juventudes, ressalta o autor, chegam à escola com competências e conhecimentos adquiridos fora dela, nomeadamente nas *conectividades com o mundo virtual*. Muito embora o autor não aprofunde esta reflexão, dois pontos chamam a atenção na sua abordagem. Primeiramente, a apropriação criativa que as juventudes fazem da internet e de outras tecnologias da informação e comunicação não revela ser um *distintivo de privilégio de classe*. No ponto de vista do autor, mesmo os “socialmente” mais excluídos demonstram uma atitude proativa na utilização das plataformas digitais, tanto na busca de conhecimento quanto no desenvolvimento de culturas de trabalho. O segundo ponto está no despertar das subjetividades juvenis para questões socioculturais, identitárias e ambientais. Esta conscientização, sublinha o mesmo autor, tem sido propiciada e fomentada por projetos digitais de inclusão social, mas de acesso aberto para permitir a ampliação das redes colaborativas. São projetos escorados na filosofia do partilhar e do “aprender fazendo” (*culture maker*). Em ambos os casos, estamos diante de contextos de aprendizagem e experiências *Entre a escola e a vida* que, nestes novos tempos e espaços intermédios, nos convidam a um *olhar para o lado* e ver outras possíveis leituras sociológicas sobre *A condição de jovem para além do ofício de aluno*.